

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA SOCIEDADE E SEUS FINS**

- Art. 1º - O Clube de Cultura, fundado em 30 de maio de 1950, com sede e foro nesta capital, à Rua Ramiro Barcelos, nº 1853, CEP 90035-006, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por associados de ambos os sexos, em número ilimitado, sem distinção de nacionalidade, credo político ou religioso, com duração indeterminada.
- Art. 2º - É prerrogativa do Clube no desenvolvimento de suas atividades a observação dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.
- Parágrafo Único - O Clube tem por finalidade propiciar o desenvolvimento e defesa da Cultura em todos os seus ramos ou setores (artístico, literário, esportivo e afins), bem como assistência social e beneficência, estando para isto organizado em Departamentos.
- Art. 3º - O Clube dedicar-se-á às suas atividades através de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

### **CAPÍTULO II**

#### **DOS ASSOCIADOS E SUAS CATEGORIAS**

- Art. 4º - Os associados dividem-se nas seguintes categorias:
- a) Fundadores;
  - b) Contribuintes;
  - c) Beneméritos;
  - d) Honorários.
- Art. 5º - São fundadores os associados que subscreveram a Ata de Fundação.
- Art. 6º - São contribuintes os associados que pagarem regularmente as mensalidades.
- Art. 7º - São beneméritos os que tiverem prestado ao Clube serviços ou atos de inequívoca relevância "ad referendum" do Conselho Deliberativo.
- Art. 8º - São honorários os vultos que se destacarem na ciência, artes ou letras, devendo o título ser concedido pelo Conselho Deliberativo.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ADMISSÃO E CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS**

- Art. 9º - Para ser admitido no quadro social é necessário ser proposto por um associado do Clube, preencher formulário próprio para tal, ser maior de 18 (dezoito) anos ou maior de 16 (dezesesseis) e menor de 18 (dezoito) anos legalmente autorizado, gozar de bom conceito, ter boa conduta e ter sua proposta aceita pela Diretoria.
- Parágrafo Primeiro - A Diretoria não será obrigada a explicitar as razões da aceitação ou recusa de qualquer proposta.
- Parágrafo Segundo - Se após a aceitação da proposta verificar-se que foram inexatas as informações prestadas pelo proposto, a mesma será tornada sem efeito, cabendo ao candidato, como restituição, as contribuições já recolhidas à tesouraria do Clube.
- Parágrafo Terceiro - Os sócios menores de 18 (dezoito) anos são inelegíveis para os cargos de Direção e dos Conselhos.
- Art. 10º - O candidato admitido começará a pagar as obrigações dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da comunicação que lhe será feita de que foi aceito.

- Art. 11º - O candidato aceito passa a concordar com o presente Estatuto e com os princípios nele definidos.
- Art. 12º - A condição de associado é individual e intransferível.
- Art. 13º - Os associados têm iguais direitos.
- Art. 14º - As contribuições dos associados, destinadas exclusivamente ao desenvolvimento das atividades do Clube, serão fixadas anualmente pelo Conselho Deliberativo, por proposta da Diretoria, e devem ser pagas na forma por ela estabelecida.
- Art. 15º - Os associados em atraso com mais de três meses perderão a sua condição, cabendo ao Conselho Deliberativo a faculdade de conceder maior prazo, se requerido pelo interessado.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DOS DEVERES E DIREITOS DOS ASSOCIADOS**

- Art. 16º - São deveres do associado:
- a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
  - b) Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;
  - c) Votar quando convocado;
  - d) Pagar pontualmente as mensalidades;
  - e) Pugnar pelo engrandecimento do Clube;
  - f) Levar ao conhecimento da Diretoria, por escrito, qualquer irregularidade que, a seu juízo, possa prejudicar os interesses do Clube;
  - g) Respeitar e cumprir as decisões da Diretoria;
  - h) Comparecer por ocasião das convocações.
- Art. 17º - São direitos dos associados:
- a) Frequentar livremente as dependências do Clube, de acordo com o Regimento Interno;
  - b) Votar e ser votado estando em dia com suas obrigações, respeitado o disposto no Art.9º;
  - c) Desligar-se do quadro social mediante requerimento à Secretaria do Clube.
- Art. 18º - Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na Lei ou neste Estatuto.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DAS PENALIDADES**

- Art. 19º - Os associados que transgredirem este Estatuto, o Regimento Interno e/ou as deliberações da maioria, serão passíveis das seguintes penalidades:
- a) Advertência por escrito;
  - b) Multas;
  - c) Suspensão de até 90 dias;
  - d) Exclusão do quadro social.
- Parágrafo Primeiro - A reincidência na infração dará lugar à aplicação de penalidade da letra seguinte.
- Parágrafo Segundo - Os sócios suspensos perdem os direitos estatutários durante a vigência da penalidade, mas ficam sujeitos aos deveres legais.
- Art. 20º - A pena de exclusão será imposta por justa causa nos casos de:
- a) Condenação por crime infamante passado em julgado;
  - b) Externar-se ostensivamente de modo ofensivo ao decoro ou aos interesses do Clube, ou faltando reiteradamente com o devido respeito à Diretoria ou aos membros componentes, já por não lhes cumprir determinação, já por se rebelar contra as leis e princípios vigentes;
  - c) Violação do Estatuto Social;
  - d) Falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas da mensalidade ou outra obrigação ao Clube, depois de notificado por escrito e decorrido o prazo de tolerância marcado para satisfazer tais pagamentos.
- Art. 21º - Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação.
- Art. 22º - Após o decurso do prazo descrito no Artigo 20º, independente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria, por maioria simples dos diretores presentes.
- Art. 23º - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso por parte do associado excluído, ao Conselho Deliberativo, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão da Diretoria, através de notificação extrajudicial, referendá-la, anulá-la ou reformá-la.

Art. 24º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.

Parágrafo Único – O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria do Clube.

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS ÓRGÃOS DO CLUBE**

Art. 25º - São órgãos do Clube:

- a) A Assembleia Geral;
- b) O Conselho Deliberativo;
- c) A Diretoria;
- d) O Conselho Fiscal;
- e) Os Departamentos.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA ASSEMBLEIA GERAL**

Art. 26º - A Assembleia Geral é o órgão soberano do Clube e se compõe dos associados que, em pleno gozo de seus direitos, a ela comparecerem.

Art. 27º - São atribuições da Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros do Conselho Deliberativo bianualmente durante a primeira quinzena de junho;
- b) Destituir os administradores;
- c) Aprovar reforma ou alteração do Estatuto;
- d) Aprovar decisão sobre fusão, incorporação, dissolução, liquidação e destino do patrimônio do Clube;
- e) Aprovar decisão de alienação de bens imóveis, respeitado o disposto no Capítulo XIV, Art. 59º, Parágrafo Único.

Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo do disposto neste Estatuto, a Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre matéria que não contrarie a legislação civil.

Parágrafo Segundo – As assembleias gerais poderão ser ordinárias, convocadas pelo Presidente, ou extraordinárias, convocadas neste caso pelo Presidente do Conselho Deliberativo, ou por 1/5 (um quinto) dos associados, mediante Edital fixado na sede do Clube com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamadas, a quantidade de associados exigida para instalação em primeira e segunda convocações, a ordem do dia e o nome de quem a convoca.

Parágrafo Terceiro – Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data de entrega do requerimento, o qual deverá ser encaminhado ao Presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que a requereram farão a convocação.

Parágrafo Quarto – A eleição dos membros do Conselho Deliberativo, conforme a alínea "a" acima, e a aprovação descrita na alínea "c" acima, requererão a maioria simples dos votos.

Parágrafo Quinto – Para aprovação dos itens previstos nas alíneas "b", "d" e "e" acima, requerer-se-á o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 28º - A Assembleia Geral reunir-se-á:

- a) Ordinariamente para eleger e empossar os membros do Conselho Deliberativo e seus suplentes;
- b) Extraordinariamente, em qualquer tempo, para o previsto nas alíneas "b", "c", "d" e "e" do Art. 25º, se necessário.

Art. 29º - A Assembleia Geral não poderá deliberar sobre assunto estranho ao constante na ordem do dia.

Art. 30º - A Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com a presença mínima de 10% (dez por cento) do quadro associativo, e em segunda convocação, meia hora após, com qualquer quantidade.

Art. 31º - As Assembleias Gerais serão sempre abertas pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou seu substituto legal.

- Parágrafo Primeiro – Ausentes o Presidente do Conselho Deliberativo e seu substituto legal, a Assembleia será aberta pelo Presidente, ou na sua falta, pelo Vice-Presidente e na falta destes pelo associado mais idoso presente.
- Parágrafo Segundo - O Presidente da Assembleia nomeará dentre os associados presentes, o Secretário da Assembleia e estabelecerá as normas para o uso da palavra, cabendo ao mesmo a faculdade de cassar a palavra ao associado que se expressar em linguagem insultuosa ou inconveniente, ou quando julgar prejudicial ao bom andamento dos trabalhos.
- Art. 32º - Na Assembleia só poderão votar e ser votados os associados que estejam quites com o Clube em qualquer sentido, associados no mínimo há 6 (seis) meses e maiores de 16 (dezesseis) anos.
- Parágrafo Único – O voto será sempre presencial, não sendo permitido voto por procuração.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DO CONSELHO DELIBERATIVO**

- Art. 33º - O Conselho Deliberativo compõe-se de 15 membros titulares e 5 suplentes, escolhidos entre os associados em Assembleia Geral.
- Parágrafo Primeiro - Para compor este Conselho o associado deve estar vinculado ao Clube há no mínimo 6 (seis) meses e ser maior de 16 (dezesseis) anos.
- Parágrafo Segundo - A gestão do Conselho Deliberativo será de dois anos.
- Art. 34º - Bialmente o Conselho Deliberativo convocará uma Assembleia Ordinária para eleição de seus membros.
- Art. 35º - Ao Conselho Deliberativo compete:
- a) Eleger dentre os seus membros o Presidente, o Vice-Presidente e Secretário do Conselho Deliberativo, sendo permitidas reeleições;
  - b) Eleger a Diretoria do Clube e o Conselho Fiscal;
  - c) Reunir-se ordinariamente no mínimo uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado;
  - d) Deliberar sobre as proposições que a Diretoria submeter à sua apreciação;
  - e) Examinar e aprovar os atos da Diretoria, os balancetes e Relatório Anual da Diretoria;
  - f) Julgar recursos e atos da Diretoria e Conselho Fiscal;
  - g) Assumir, por seu Presidente, a direção do Clube no caso de renúncia coletiva da Diretoria, enquanto não se proceder nova eleição;
  - h) Deliberar sobre os atos concernentes aos fins e objetivos do Clube, com o mais amplo poder;
  - i) Elaborar alterações e/ou reforma do Estatuto Social;
  - j) Resolver os casos omissos neste Estatuto.
- Art. 36º - As vagas que se derem entre os titulares do Conselho Deliberativo, por qualquer circunstância, em até 7 (sete), serão preenchidas pelos suplentes.
- Parágrafo Único – Na hipótese das vagas atingirem 2/3 do Conselho Deliberativo, o Presidente deste convocará assembleia geral extraordinária para eleição dos cargos vagos.
- Art. 37º - Os membros do Conselho Deliberativo não estão impedidos de serem eleitos ou nomeados para qualquer dos cargos da Diretoria.
- Art. 38º - O valor da mensalidade será fixada pelo Conselho Deliberativo.
- Art. 39º - Ficam sujeitas à aprovação do Conselho Deliberativo a compra, venda, permuta ou alienação de imóveis, observado o disposto no Art. 27º, bem como despesas superiores a 10 salários mínimos vigentes.
- Art. 40º - O Conselho Deliberativo prestará assistência ao Presidente do Clube, sempre que este a solicitar.
- Art. 41º - Poderá perder o mandato o membro do Conselho Deliberativo que deixar de comparecer, sem motivo justificado, no ano, a 3 (três) reuniões seguidas ou alternadas. A decisão sobre a destituição do membro cabe ao Presidente do Conselho Deliberativo ou seu substituto legal.
- Parágrafo Único – As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo serão consideradas legais, desde que a elas esteja presente a maioria dos seus membros.
- Art. 42º - O presidente do Conselho Deliberativo usará seu voto de qualidade quando houver empate nas votações.

## **CAPÍTULO IX**

### **DA DIRETORIA**

- Art. 43º - O Clube será administrado por uma Diretoria composta dos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, 2º Secretário, Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

Parágrafo Único – A nacionalidade dos membros da Diretoria obedecerá ao disposto na legislação vigente.

Art. 44º - O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, e reeleições de membros são permitidas.

Art. 45º - Compete à Diretoria:

- a) Administrar o Clube de acordo com este Estatuto, cumprindo e fazendo cumprir suas disposições, o Regimento Interno e resoluções do Conselho Deliberativo;
- b) Elaborar o Regimento Interno, o qual deverá manter perfeita harmonia com este Estatuto;
- c) Locar bens móveis ou imóveis do Clube;
- d) Adquirir ou receber em locação bens móveis e/ou imóveis;
- e) Deliberar sobre admissão e demissão, licenças, exclusão, readmissão e penalidades dos associados;
- f) Resolver casos omissos deste Estatuto, submetendo-os à aprovação do Conselho Deliberativo;
- g) Autorizar as despesas necessárias à manutenção do Clube;
- h) Contratar os empregados que julgar necessários;
- i) Organizar o Relatório Anual e os balancetes da receita e da despesa;
- j) Convocar o Conselho Deliberativo para os casos que não possam ser resolvidos pela Diretoria.

Art. 46º - A Diretoria reunir-se-á que convocada pelo Presidente ou seu substituto legal.

Art. 47º - As reuniões da Diretoria serão consideradas legais, desde que a elas compareçam o Presidente, o Secretário, o Tesoureiro ou a maioria.

## **CAPÍTULO X**

### **DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE**

Art. 48º - Ao Presidente compete:

- a) Convocar e presidir as sessões de Diretoria;
- b) Representar o Clube judicial e extra-judicialmente;
- c) Ordenar as despesas aprovadas pela Diretoria;
- d) Resolver os casos urgentes, dando ciência de seus atos na primeira reunião de Diretoria;
- e) Assinar junto com o Tesoureiro cheques, ordens de pagamento e outros títulos de igual natureza;
- f) Por o "visto" em todos os comprovantes relativos às despesas do Clube;
- g) Prestar as informações solicitadas à Diretoria pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- h) Presidir e dirigir as reuniões, festas, palestras, conferências e sessões solenes organizadas pelo Clube.

Art. 49º - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente.

## **CAPÍTULO XI**

### **DOS SECRETÁRIOS**

Art. 50º - Ao Secretário compete:

- a) Substituir o Vice-Presidente;
- b) Dirigir todo o serviço da Secretaria;
- c) Redigir e assinar todas as notas oficiais à imprensa;
- d) Redigir e assinar as atas das sessões de Diretoria;
- e) Redigir e assinar a correspondência e avisos.

Art. 51º - Ao 2º Secretário compete:

- a) Ter a seu cargo a escrituração do livro de matrícula dos associados, fornecendo ao Tesoureiro os dados relativos à admissão, licença, exclusão de associados e auxiliar o Secretário na correspondência e avisos;
- b) Substituir o Secretário.

## **CAPÍTULO XII**

### **DOS TESOUREIROS**

Art. 52º - Ao Tesoureiro compete:

- a) Dirigir todos os serviços da Tesouraria;
- b) Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os valores e títulos de renda pertencentes ao Clube;

- c) Assinar com o Presidente os títulos mencionados na alínea "e" do Art. 48º;
- d) Apresentar à Diretoria, no princípio de cada mês, o balancete mensal referente ao mês anterior;
- e) Organizar o balanço anual e seus demonstrativos;
- f) Efetuar as despesas aprovadas pela Diretoria;
- g) Assinar recibos de mensalidades;
- h) Superintender a cobrança de mensalidades;
- i) Recolher a um estabelecimento de crédito indicado pela Diretoria toda quantia arrecadada.

Art. 53º - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o Tesoureiro e auxiliá-lo quando solicitado.

### **CAPÍTULO XIII**

#### **DO CONSELHO FISCAL**

Art. 54º - O Conselho Fiscal será constituído por 3 membros, dele não podendo participar qualquer membro da Diretoria.

Art. 55º - O Conselho Fiscal escolherá entre seus membros um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Art. 56º - O Presidente terá voto de qualidade.

Art. 57º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Acompanhar e fiscalizar os atos da Diretoria e dar parecer ao Conselho Deliberativo sobre o balanço e prestação de contas da mesma, a fim de serem discutidos e votados;
- b) Examinar em qualquer época os livros e documentos da Diretoria.

### **CAPÍTULO XIV**

#### **DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

Art. 58º - O patrimônio do Clube é constituído pelos bens imóveis e móveis que possui ou venha a possuir e valores advindos de mensalidades de associados, doações, legados, direitos adquiridos e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas, seminários, ciclos de palestras, cursos e outros eventos, desde que revertidos totalmente em benefício do Clube, aluguéis de imóveis e espaços e juros de títulos ou depósitos.

Parágrafo Único – Para que possa ser gravado ou alienado bem patrimonial, é indispensável a autorização do Conselho Deliberativo.

Art. 59º - Se o Clube deixar de preencher as suas finalidades e for considerada indispensável sua dissolução, esta só efetivar-se-á se 4/5 (quatro quintos) dos seus associados a aprovarem em primeira chamada ou 2/3 (dois terços) em segunda, em sessão de Assembleia Geral especialmente convocada para este fim.

Parágrafo Único – Uma vez aprovada a dissolução do Clube e pagas todas as dívidas sociais, o restante do patrimônio será entregue a instituição municipal, estadual ou federal de fins idênticos ou semelhantes, nesta ordem.

### **CAPÍTULO XV**

#### **DO EXERCÍCIO SOCIAL**

Art. 60º - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do Clube, de conformidade com as disposições legais.

### **CAPÍTULO XVI**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 61º - O Clube não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 62º - O Regimento Interno do Clube será complemento deste Estatuto e, conseqüentemente, obriga todos os associados ao fiel cumprimento de suas disposições.

Art. 63º - O Clube não se envolverá em questões de caráter político-partidárias, nacionais ou estrangeiras, assim como nada terá a ver com as atitudes político-partidárias de qualquer de seus associados ou diretores.



- Art. 64º - A cessão de dependências do Clube para associados ou não-associados ou sociedades que a solicitarem para festas ou comemorações e iniciativas artístico-literárias, fica afeta à Diretoria e será regulamentada pelo Regimento Interno.
- Art. 65º - Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais do Clube.
- Art. 66º - Aprovado este Estatuto e feito o competente registro, o mesmo entrará em vigor na forma da Lei.
- Art. 67º - Este Estatuto só poderá ser reformado no todo em parte, a qualquer tempo, por Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, composta por associados contribuintes em dia com a tesouraria do Clube, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de sócios.
- Art. 68º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, "ad referendum" do Conselho Deliberativo.
- Art. 69º - Este Estatuto teve aprovação de Assembleia Geral em 22/05/2010.

---

*HANS BAUMANN – Presidente*

---

*UBIRAJARA SPERB CAVEDON – Secretário*

---

*ANTÔNIO CAVALHEIRO JÚNIOR – Advogado – OAB / RS nº 14.591*